

STJ00114933

Joaquim de Paiva Muniz

CURSO BÁSICO DE DIREITO ARBITRAL

Teoria e Prática

8ª Edição
Revista e Atualizada

Curitiba
Juruá Editora
2022

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
 e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-65-263-0069-5

JURUÁ
 EDITORA

Brasil – R. Flávio Dallegrove, 7.665 – São Lourenço – Fone: (41) 4009-3900
 Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 82.210-310 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
 Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: Luiz Augusto de Oliveira Junior

1223542

Muniz, Joaquim de Paiva.

M966 Curso básico de direito arbitral: teoria e prática./ Joaquim de Paiva Muniz./ 8ª edição./ Curitiba: Juruá, 2022.
 260p.

1. Arbitragem e sentença. 2. Processo civil. I. Título.

CDD 347 (22.ed.)
 CDU 347.9

00013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinsasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO À PRIMEIRA EDIÇÃO	17
INTRODUÇÃO À SÉTIMA EDIÇÃO	19
1 ASPECTOS GERAIS	21
1.1 CONCEITO E CARACTERÍSTICAS.....	21
1.2 HISTÓRICO	23
1.2.1 Origens	23
1.2.2 Anteprojeto de Lei de Arbitragem.....	25
1.2.3 A Lei de Arbitragem de 1996	25
1.2.4 Constitucionalidade da Lei de Arbitragem de 1996.....	26
1.2.5 Eficácia da Lei de Arbitragem para Contratos Celebrados Anteriormente.....	28
1.2.6 Código Civil de 2002.....	28
1.2.7 Código de Processo Civil de 2015.....	29
1.2.8 Reforma da Lei de Arbitragem	30
1.2.9 Vetos à Reforma da Lei de Arbitragem	31
1.3 NATUREZA JURÍDICA DA ARBITRAGEM	32
1.4 ARBITRAGEM E LGPD	34
2 ARBITRABILIDADE.....	35
2.1 ARBITRABILIDADE	35
2.2 ARBITRABILIDADE SUBJETIVA	35
2.3 ARBITRABILIDADE OBJETIVA	36
2.4 ARBITRABILIDADE E CONTRATOS DE AGÊNCIA E REPRESENTAÇÃO COMERCIAL.....	38
2.5 ARBITRABILIDADE E DIREITO DO TRABALHO.....	38
2.6 ARBITRAGEM EM DIREITO SOCIETÁRIO.....	41
2.6.1 Vinculação à Arbitragem Societária.....	41

2.6.2	Vinculação dos Administradores.....	43
2.6.3	Arbitrabilidade.....	43
2.6.4	Confidencialidade.....	43
2.6.5	Condomínios Edilícios.....	44
2.7	ARBITRABILIDADE, DIREITO PÚBLICO E ENTES ESTATAIS	44
3	LEI APLICÁVEL	59
3.1	A POSSIBILIDADE DE LIVRE ESCOLHA DE REGRAS DE DIREITO.....	59
3.1.1	Controvérsia sobre Escolha de Lei Estrangeira em Contratos Domésticos	61
3.1.2	A Questão da Lei se Aplica, se o Contrato for Silente.....	61
3.1.3	Contratos Sem Lei	62
3.2	A ORDEM PÚBLICA E QUAL O SEU PAPEL COMO BALIZADOR DA LIBERDADE DE ESCOLHA DE NORMA MATERIAL	62
3.3	EQUIDADE.....	66
3.4	PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO, USOS E COSTUMES, REGRAS INTERNACIONAIS DE COMÉRCIO E <i>LEX MERCATORIA</i>	68
3.4.1	Princípios Gerais de Direito	68
3.4.2	Usos e Costumes	69
3.4.3	Regras Internacionais de Comércio.....	70
3.4.4	<i>Lex Mercatoria</i>	71
4	CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM	73
4.1	ESPÉCIES DE CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM.....	73
4.2	CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA.....	74
4.3	CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA EM RELAÇÕES DE CONSUMO	76
4.3.1	Arbitragem e Franquia.....	78
4.4	ARBITRAGEM INSTITUCIONAL E ARBITRAGEM <i>AD HOC</i>	78
4.5	ELEMENTOS DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM. CLÁUSULAS COMPROMISSÓRIAS CHEIAS, VAZIAS E PATOLÓGICAS.....	80
4.6	AÇÃO DE EXECUÇÃO ESPECÍFICA DE CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA.....	81
4.7	NECESSIDADE DE AÇÃO DE EXECUÇÃO ESPECÍFICA, SE A CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA FOR CHEIA	83
4.8	AUTONOMIA DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA.....	84

4.9	COMPETÊNCIA DO ÁRBITRO PARA DECIDIR SOBRE A EXISTÊNCIA, VALIDADE OU EFICÁCIA DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM (PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA-COMPETÊNCIA).....	84
4.9.1	Momento Processual para Alegar Existência de Convenção Arbitral.....	85
4.10	EFEITOS DA CESSÃO E SUB-ROGAÇÃO NA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA.....	86
4.11	EFEITOS DE CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA A NÃO SIGNATÁRIOS.....	87
4.11.1	Cláusula Arbitral em Contratos Coligados	89
4.12	COMPROMISSO	89
4.13	REQUISITOS OBRIGATÓRIOS DO COMPROMISSO	90
4.14	REQUISITOS FACULTATIVOS DO COMPROMISSO.....	91
4.15	EXTINÇÃO DO COMPROMISSO.....	95
4.16	EFEITOS DA INSOLVÊNCIA NA CONVENÇÃO ARBITRAL.....	97
4.17	CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA EM TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL	98
5	ÁRBITROS.....	101
5.1	REQUISITOS E QUALIFICAÇÃO PARA SER ÁRBITRO	101
5.2	NÚMERO DE ÁRBITROS	101
5.3	PROCEDIMENTO DE ESCOLHA DE ÁRBITRO	102
5.4	PRESIDENTE, COÁRBITROS, SUPLENTE E SECRETÁRIO.....	103
5.5	HONORÁRIOS DOS ÁRBITROS.....	104
5.6	DEVERES DOS ÁRBITROS.....	105
5.6.1	Imparcialidade e Independência.....	105
5.6.2	Dever de Revelação.....	109
5.6.3	Competência.....	111
5.6.4	Diligência	111
5.6.5	Discrição.....	111
5.7	EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA	112
5.8	SUBSTITUIÇÃO DO ÁRBITRO.....	113
5.9	NATUREZA DA FUNÇÃO DE ÁRBITRO	114
5.10	RESPONSABILIDADE DOS ÁRBITROS	114
5.10.1	Responsabilidade Penal.....	114
5.10.2	Responsabilidade Civil.....	115

6	PROCEDIMENTO ARBITRAL	117
6.1	REGRAS PROCEDIMENTAIS	117
6.2	PRINCÍPIOS COGENTES	118
6.2.1	Contraditório	119
6.2.2	Igualdade das Partes	120
6.2.3	Imparcialidade e Livre Convencimento do Árbitro	121
6.3	CONFIDENCIALIDADE.....	121
6.3.1	Confidencialidade e Entes Públicos.....	124
6.3.2	Confidencialidade e Financiamento de Terceiros.....	125
6.4	REPRESENTAÇÃO DAS PARTES	125
6.4.1	<i>IBA Guidelines on Parties Representations in International Arbitrations</i>	125
6.4.2	Defensoria Pública.....	126
6.5	FASE POSTULATÓRIA.....	127
6.5.1	Fases do Processo.....	127
6.5.2	Requerimento de Arbitragem	127
6.5.3	Citação.....	128
6.5.4	Resposta ao Requerimento	129
6.5.5	Revelia.....	130
6.5.6	Reconvenção	131
6.5.7	Aditivos à Ação ou Reconvenção	132
6.5.8	Inclusão de Nova Parte	132
6.5.9	Petições Suplementares	133
6.5.10	Considerações Organizacionais sobre Alegações Escritas.....	134
6.6	ARBITRAGENS ENVOLVENDO PLURALIDADE DE PARTES.....	134
6.6.1	Litisconsórcio Necessário.....	134
6.6.2	Litisconsórcio Facultativo	135
6.6.3	Assistência e Intervenções de Terceiros	136
6.7	CONSOLIDAÇÃO DE ARBITRAGENS CONEXAS	137
6.7.1	Consolidação de Ações em Contratos Relacionados	138
6.8	INSTITUIÇÃO DA ARBITRAGEM	139
6.9	ARGUIÇÃO DE QUESTÕES RELATIVAS À JURISDIÇÃO OU AOS ÁRBITROS.....	140
6.10	O PRINCÍPIO DA “COMPETÊNCIA-COMPETÊNCIA” E AS LIMINARES ANTIARBITRAGEM.....	142
6.11	LIMINARES ANTIARBITRAGEM.....	144

6.12	TERMO DE ARBITRAGEM/ATA DE MISSÃO.....	145
6.13	CONCILIAÇÃO OBRIGATÓRIA DAS PARTES	150
6.14	MEDIDAS COERCITIVAS E TUTELAS DE URGÊNCIA DURANTE A ARBITRAGEM.....	150
6.14.1	Tutelas de Urgência e Medidas Coercitivas Antes da Instituição da Arbitragem	151
6.14.2	Tutela de Urgência ou Medida Coercitiva Após a Instituição da Arbitragem	153
6.14.3	Revisão pelo Árbitro de Tutela de Urgência ou Medida Coercitiva Proferida pelo Poder Judiciário	155
6.14.4	Foro para Tutelas de Urgência e Medidas Coercitivas	156
6.14.5	Tutela de Evidência em Arbitragem.....	157
6.15	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS.....	157
6.15.1	Mandado de Segurança contra Decisão Interlocutória.....	158
6.16	JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE E ARBITRAGEM EXPEDITA.....	159
6.17	PRODUÇÃO DE PROVAS.....	160
6.17.1	Depoimento Pessoal da Parte e Prova Testemunhal.....	163
6.17.1.1	Depoimento pessoal	165
6.17.1.2	Testemunho.....	166
6.17.1.2.1	Testemunho em audiência.....	166
6.17.1.2.2	Inquirição direta (<i>direct examination</i>).....	167
6.17.1.2.2.1	Testemunho escrito.....	168
6.17.1.2.2.2	Remuneração à testemunha	170
6.17.1.2.3	Inquirição cruzada (<i>cross-examination</i>)	170
6.17.1.2.3.1	Objetivo.....	170
6.17.1.2.3.2	Limite às perguntas.....	170
6.17.1.2.3.3	Decisões fundamentais do advogado... ..	171
6.17.1.2.3.4	Técnicas: perguntas fechadas, <i>baby steps</i> e “reconstrua, reconstrua e pergunte”	172
6.17.1.2.4	Reperguntas (<i>re-cross</i> ou <i>re-direct</i>)	175
6.17.2	Exibição de Documentos e <i>Discovery</i>	175
6.17.3	Perícia.....	180
6.18	AUDIÊNCIA.....	183
6.18.1	Data da Audiência	183
6.18.2	Local da Audiência.....	183

6.18.3	Audiências Virtuais	184
6.18.4	Idioma da Audiência.....	185
6.18.5	Convocação de Representantes das Partes e Testemunhas para a Audiência	185
6.18.6	Presença das Partes e Testemunhas na Audiência	186
6.18.7	Procedimento da Audiência	186
6.18.8	Alegações Oraís.....	187
6.18.9	Inquirição de Testemunhas.....	187
6.18.10	Ata e Transcrição da Audiência.....	187
6.18.11	Memoriais.....	187
6.19	ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO	188
6.20	REPETIÇÃO DE PROVA EM CASO DE SUBSTITUIÇÃO DE ÁRBITRO	188
7	SENTENÇA ARBITRAL	189
7.1	SENTENÇA ARBITRAL.....	189
7.2	PRAZO PARA PROLAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL	189
7.3	REQUISITOS FORMAIS.....	190
7.4	DECISÃO MAJORITÁRIA	192
7.5	SUSPENSÃO DA ARBITRAGEM PARA DECIDIR QUESTÃO PREJUDICIAL NÃO ARBITRÁVEL.....	193
7.6	RESPONSABILIDADE POR HONORÁRIOS E CUSTAS	194
7.7	SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA DE TRANSAÇÃO	196
7.8	CIENTIFICAÇÃO DAS PARTES	198
7.9	EFEITOS DA SENTENÇA ARBITRAL	198
7.10	EMBARGOS ARBITRAIS	200
7.11	AÇÃO ANULATÓRIA	202
7.11.1	Vício da Convenção Arbitral	205
7.11.2	Incompetência ou Falta de Jurisdição do Árbitro	205
7.11.3	Vícios Formais da Sentença Arbitral	206
7.11.4	Sentença <i>Extra Petita</i> e <i>Ultra Petita</i>	206
7.11.5	Sentença que Não Decidir Todo o Litígio e Sentença Parcial	207
7.11.6	Sentença Proferida com Prevaricação, Concussão ou Corrupção Passiva	209
7.11.7	Sentença Proferida Fora do Prazo.....	210
7.11.8	Desrespeito aos Princípios do Contraditório, da Igualdade das Partes, da Imparcialidade dos Árbitros e do seu Livre Convencimento	210
7.11.9	Procedimento para Ação Anulatória.....	211

7.12	IMPUGNAÇÃO DE SENTENÇA	212
8	RECONHECIMENTO E EXECUÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA.....	215
8.1	A NACIONALIDADE DA SENTENÇA ARBITRAL	215
8.2	RECONHECIMENTO E EXECUÇÃO DE SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA.....	216
8.3	A CONVENÇÃO DE NOVA IORQUE: PRINCIPAL REGRA SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA.....	218
8.3.1	Suposta Não Obrigatoriedade da Homologação em Vista da Convenção de Nova Iorque	221
8.4	HIPÓTESES DE DENEGAÇÃO DE RECONHECIMENTO.....	221
8.4.1	Incapacidade da Parte	222
8.4.2	Invalidade da Convenção de Arbitragem.....	222
8.4.3	Ausência de Citação e Outras Violações à Ampla Defesa.....	224
8.4.4	Sentença <i>Extra</i> ou <i>Ultra Petita</i>	224
8.4.5	Nomeação de Árbitros e Condução do Processo em Desconformidade com a Convenção de Arbitragem	225
8.4.6	Sentença Ainda Não Obrigatória, Anulada ou Suspensa.....	227
8.4.7	Sentença sobre Matéria Não Arbitrável.....	228
8.4.8	Ofensa à Ordem Pública.....	229
8.4.8.1	Decisão não fundamentada	230
8.4.8.2	Citação da parte como questão de ordem pública	231
8.4.8.3	Litispêndência e coisa julgada	231
8.5	PROCEDIMENTO DE HOMOLOGAÇÃO.....	232
	REFERÊNCIAS	237
	ANEXO	243
	MODELO DE CARTA ARBITRAL (ELABORADO PELO CBAR).....	245
	ÍNDICE REMISSIVO.....	247